

RELATÓRIO PARCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 26/5/2009

TEMA: Debater o impacto da crise econômica no setor minerometalúrgico – ferrosos.

ENTIDADES CONVIDADAS:

Luiz Antônio Fontes Castro, Superintendente de Mineração e Metalurgia, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais; Wilson Starling Júnior, Assessor de Relações Institucionais e Comunitárias, representando o Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –; Paulino Cícero de Vasconcelos, Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado de Minas Gerais – Sindifer –; José Osvaldo Rosa de Souza, Diretor do Departamento Mineral, representando o Sr. José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais – Ftiemg –; Wegton José Alvarenga Silva, Diretor do Sindicato Metabase de Itabira e Sub-relator do Seminário Minas de Minas; e Valério Vieira, Presidente do Sindicato Metabase de Congonhas, Ouro Preto e Região.

Outras presenças: Efraim Gomes de Moura, Assessor do Sindicato Metabase de Itabira; e Pedro Valadares, da Central Sindical Conlutas.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Efetivos:	Outras Presenças:
Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coordenador); Dep. Jayro Lessa / DEM; Dep. André Quintão / PT; Dep. Antônio Júlio / PMDB; Dep. Neider Moreira / PPS, substituindo Dep. Wander Borges / PSB.	Dep. Rosângela Reis / PV.

Requerimentos: Aprovados dois requerimentos da Deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Ipatinga, para debater a situação do mercado de trabalho no segmento metal-mecânico no Vale do Aço, reduzido pela demissão em massa ocasionada pela crise econômica internacional; e em que solicita seja encaminhado ao Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Sra. Elaine Noronha Nassif, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho, pedidos de providências para cumprimento dos acordos trabalhistas que autorizaram a instalação de programas de demissão voluntária nas empresas do setor metal-mecânico no Vale do Aço, com o objetivo de impedir abuso na aplicação desse instrumento.

Contextualização

A presente crise econômica mundial se instalou no auge do que foi considerado o “boom da mineração” brasileira, quando, após uma década de crescente aceleração no consumo de bens minerais básicos pelos países em desenvolvimento, o setor alcançava faturamentos recordes, tendo projetados investimentos sem precedentes. Em Minas Gerais, os investimentos no setor mineral, anunciados para o período de 2007 a 2010, chegaram a 40 bilhões de reais. Na esteira da produção vinham a expansão de postos de trabalho e a elevação da receita dos Municípios mineradores.

O setor minerometalúrgico de ferrosos, porém, em seus ramos de extração e transformação, foi o primeiro a ser afetado pela crise internacional, sendo também o mais impactado no Estado. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, a produção física da indústria extrativa mineira em dezembro de 2008 se retraiu 50,8% em relação ao mesmo mês de 2007, e 34,6% em relação ao mês anterior (dado não dessazonalizado).

Além desses efeitos imediatos, a crise tornou transparentes problemas estruturais do segmento de ferrosos, que representa 50,5% da carteira de exportações do Estado, com destaque para o minério de ferro, responsável, em 2008, por 28,15%. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em maio de 1997, e sua vertiginosa expansão por meio da incorporação das principais concorrentes criaram um virtual monopólio sobre o minério de ferro, o que, aliado à elevação da demanda internacional, permitiu que a empresa quintuplicasse os preços da *commodity* entre o início de 2003 e o terceiro trimestre de 2008 (fonte: Vale S.A.). Além disso, por meio do programa de privatização da rede ferroviária do País, a recém denominada Vale S.A. também se tornou a maior controladora desse meio de transporte, tornando-o caro e, por vezes, de difícil acesso. Mesmo ostentando lucros excepcionais, como o

de 3,15 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2009, em plena fase aguda da crise, a empresa vem promovendo redução de postos de trabalho, em especial dos terceirizados, o que tem atemorizado os trabalhadores do setor extrativo mineral e suas entidades de representação. Ato contínuo da redução da extração mineral, a queda de receita do Municípios mineradores ameaça as administrações municipais.

Como outras consequências da retração da produção mineral de Minas Gerais, podem ser apontados: a paralização de parte significativa do parque siderúrgico mineiro, a desvalorização do carvão vegetal e a consequente paralisação da produção e dos investimentos na silvicultura, além de demissões em massa registradas no segmento metal-mecânico do Estado. Esses problemas, em especial os relativos às demissões, foram amplamente discutidos na audiência pública ora comentada, cujos desdobramentos passamos a apresentar.

Análises dos expositores

Segundo o Ex-Ministro Paulino Cícero de Vasconcelos, Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado de Minas Gerais – Sindifer, em toda a história da atividade siderúrgica em Minas Gerais, iniciada em 1810, nunca houve um momento de crise como o atual. O sindicato tem buscado apoio em diversas instâncias públicas capazes de auxiliar a cadeia do ferro a erguer-se dessa depressão econômica, mas ainda são muitos os desafios a vencer. Entre os principais empecilhos do setor, verificam-se:

- os altos custos do transporte ferroviário, que hoje correspondem a cerca de US\$15/ton transportada, inviabilizando sua utilização. Esse fator, além de reduzir a competitividade do setor guseiro, cria situações anômalas frente à lógica da gestão empresarial, a exemplo da opção econômica pelo transporte rodoviário à longa distância;
- as despesas portuárias, hoje com custos estimados em US\$13/ton, que, somadas ao custo do transporte, contribuem com os altos custos do setor;
- a falta de alternativas para a utilização de créditos tributários, que não se revertem no pagamento de serviços como a energia ou a água, onerando pesadamente os empresários;
- a rigidez dos contratos de fornecimento de energia elétrica que, mesmo em tempos de crise como a atual, impõe às empresas com produção paralisada o pagamento integral pelo insumo não consumido;

- o alto preço do minério, que, indexado às cotações internacionais da *commodity*, representa uma barreira à economicidade do ferro gusa. Contudo, após ter sido pago a US\$75,0/ton em 2008, em 2009 foi contratado o fornecimento com redução de 20% do preço. Notícias do mercado internacional apontam para negócios com compradores japoneses com redução de 35% nos preços, além de pressões de compradores chineses para a redução de 40%. Espera-se que essas negociações reflitam em maiores quedas dos preços no mercado interno.

O representante do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram –, Wilson Starling Júnior, e Assessor de Relações Institucionais e Comunitárias do Sindicato da Indústria Extrativa Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, por sua vez, afirmou que, apesar das críticas recebidas, o setor mineral demanda apoio do governo. Os efeitos da crise se manifestam de formas diversas no setor, em especial entre as empresas, sejam elas grandes ou pequenas.

Um dos grandes desafios para o desenvolvimento da indústria extrativa mineral no Estado, conforme discutido em diversas ocasiões na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em especial durante o Seminário Legislativo Minas de Minas, diz respeito às restrições ambientais à atividade. Segundo o Sindiextra/Ibram, Minas tem uma das legislações ambientais mais restritivas do País, o que pode causar o redirecionamento de investimentos para outros Estados. Essa afirmação, que soa como ameaça velada do setor extrativista mineral do Estado, é debatida de forma intensa pelo Sindicato Metabase, que afirma haver plano estratégico da Vale S.A. prevendo a transferência paulatina de sua produção para o Estado do Pará, conclusão obtida de dados e declarações de dirigentes da empresa.

Ainda segundo o representante das mineradoras, a insegurança jurídica, causada pela grande liberdade conferida pelo Estado a seus órgãos ambientais para regulamentar a concessão de licenciamento ambiental, estaria contribuindo para que Minas Gerais venha a perder posições no *ranking* da produção mineral brasileira, observados os investimentos em novas minas de empresas instaladas em outros Estados, como Pará, Bahia e Goiás.

O Sindiextra apoia integralmente as propostas apresentadas pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig –, apresentadas à esta Comissão em audiência anterior.

Segundo José Osvaldo de Souza, Diretor do Departamento Mineral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais – Fitiemg –, foram grandes os efeitos da crise sobre os trabalhadores do setor extrativo mineral, configurando os maiores movimentos de demissão em massa ocorridos no Estado. Além disso, o dirigente denuncia que os acordos realizados para manutenção de postos de trabalho foram realizados sob a ameaça

de mais demissões, portanto, foram prejudiciais aos trabalhadores, implicando, por vezes, redução salarial.

O Diretor alerta ainda para a questão da atribuição de valor agregado fiscal aos produtos minerais, alegando que em muitos casos uma empresa retira o minério em um Município e o beneficia em outro, o que penaliza o Município minerador com relação à distribuição de ICMS. Como exemplo é citado o caso do minério de zinco extraído em Paracatu e beneficiado em Três Marias.

A Fitiemg aponta um descompasso entre as demissões em massa e o grande patrimônio das empresas mineradoras, afirmando que estas se utilizam oportunamente da crise para proceder a seus ajustes, desconsiderando os efeitos de suas demissões nas economias municipais. Por fim, a entidade destacou a necessidade do estabelecimento de mecanismos que vinculem a concessão de empréstimos e benefícios governamentais à manutenção dos empregos.¹

De forma coerente aos registros feitos pelo representante da Fitiemg, Wegton José Alvarenga Silva, Diretor do Sindicato Metabase de Itabira e Sub-relator do Seminário Minas de Minas; Sr. Ifraim Gomes de Moura, assessor político do Sindicato Metabase de Itabira; e Valério Vieira, Presidente do Sindicato Metabase de Congonhas, Ouro Preto e Região, foram consonantes em seus apontamentos sobre o setor, em especial quanto à análise sobre as estratégias e ações da Vale S.A.

O Metabase entregou à Comissão um dossiê sobre a Vale S.A., destacando:

- a boa situação financeira da empresa, que não justificaria as 1,5 mil demissões diretas já realizadas, que implicaram a eliminação de outros 12 mil empregos indiretos;
- o fato de a empresa não assumir compromissos formais de manutenção de empregos, apesar de contar com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES —;
- a decisão, anunciada pela empresa, de mudanças estruturais em sua produção, que se direciona para o avanço da participação do minério de Carajás, no Pará, em detrimento da participação do extraído em Minas Gerais.²

¹ A proposta de solicitar ao poder público que se utilize de mecanismos contratuais previstos nos instrumentos de privatização para impedir as demissões em empresas como a Vale S.A. não foi listada na seção “Propostas apresentadas” deste relatório por não apresentar sustentação legal para sua aplicação.

² Nota da Assessoria Técnica: a investigação de dados de exportação de minério de ferro e ferro fundido e de valores de exportação da Vale S.A. nos Estados do Pará e de Minas Gerais, obtidos por meio da Balança Comercial divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, não indicam, ao longo do período de janeiro de 2007 a abril de 2009, qualquer tendência de crescimento da economia do setor minerometalúrgico de ferrosos do Pará em relação a Minas Gerais.

Propostas apresentadas:

1 - Pelo Sindifer:

À Presidência da República e aos Ministérios: dos Transportes; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Fazenda:

- adoção de medidas para incentivar o transporte ferroviário;
- revisão das tarifas portuárias.

À Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF:

- ampliação das alternativas de utilização dos créditos tributários, em especial, no pagamento de “contratos de demanda” por energia elétrica ou na parte relativa a tributos estaduais desses instrumentos.

2 - Pelo Sindiextra/Ibram:

À SEF:

- criação de incentivo tributário para o setor extrativo mineral, tais como a redução do ICMS em Minas Gerais;
- adoção da mesma alíquota tributária da exportação para o mercado interno.

Ao Banco Central e ao BDMG:

- criação de linha de crédito especial para o setor extrativo mineral;
- aceitação das jazidas como garantia real na contratação de empréstimos.

Ao Ministério da Fazenda:

- extensão da redução ou isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – para setores industriais que consumam produtos da siderurgia.

Ao Congresso Nacional e ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM:

- regulamentação da aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM –, destinados aos Estados e à União, por meio da criação de fundos de investimento voltados para a diversificação econômica das regiões mineradoras.

À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – Semad:

- agilização no licenciamento ambiental.

3 - Pela Fitiemg:

À Presidência da República:

- edição de medida provisória para garantir a estabilidade do emprego num período de dois anos;
- extensão do seguro desemprego, para dois anos, em função de uma permanência da crise;
- constituição de mecanismos para tornar o aviso prévio proporcional ao tempo de atividade na empresa;
- estabelecimento de condicionantes, nas medidas de apoio financeiro a segmentos econômicos com dificuldades em função da crise, que diferenciem o tratamento do governo às empresas que se comprometerem a não demitir empregados, inclusive os terceirizados.

4 - Pelo Sindicato Metabase:

Ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Sede:

- busca de compromisso formal da Vale S.A. com a manutenção dos postos de trabalho e com o não-fechamento de minas, durante o período de crise, considerando o histórico da empresa no Estado;
- adoção de política de agregação de valor à produção mineral do Estado;
- regulamentação, por meio de lei complementar, da política minerária estabelecida pela Constituição Estadual, em especial, visando à criação de Fundo de Exaustão e Assistência aos Municípios mineradores.

À Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

- realização de audiência pública para discutir a questão da Vale.

5 - Pelo Deputado Sebastião Helvécio:

À SEF:

- realização de estudos sobre possível prática de “guerra fiscal” pelo Estado do Pará em relação a Minas Gerais, inclusive com flexibilização de licenças ambientais, no segmento da extração de minério de ferro, mobilizando o Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – para a discussão da questão, caso julgue necessário.

Na oportunidade em que a Comissão discute os impactos da crise no setor minerometalúrgico, o Deputado Neider Moreira, em relação ao tratamento fiscal das águas minerais do Estado, levando em conta suas qualidades e a necessidade de incentivar a comercialização desse produto, propõe à SEF, tributar a água mineral como produto de “saúde”, e não como “bebidas frias”.

O Deputado Sebastião Helvécio solicita à assessoria técnica da Comissão a realização de consulta ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged – sobre a situação do desemprego de trabalhadores terceirizados com relação aos contratados diretos das empresas.